

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE E
CONTROLADORIA – CEPCON
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AUDITORIA

LETÍCIA MARTINS DE OLIVEIRA CASTRO

AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NOS CADERNOS DE
INDICADORES DIVULGADOS PELA CAPES NO PERÍODO DE 2007 A 2012.

BELO HORIZONTE

2014

LETÍCIA MARTINS DE OLIVEIRA CASTRO

**AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NOS CADERNOS DE
INDICADORES DIVULGADOS PELA CAPES NO PERÍODO DE 2007 A 2012.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Auditoria do Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Auditoria.

Área de concentração: Contabilidade e Controladoria

Orientadora: Profa. Ma. Fabiana Lucas de Almeida

BELO HORIZONTE

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Ciências Econômicas - Departamento de Ciências Contábeis
Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria - CEPCON

Ata da Sessão Pública de Defesa de Trabalho Final de **Letícia Martins de Oliveira Castro**, no. de registro **2012743760**, aluna do Curso de Especialização em Auditoria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às dezoito horas e trinta minutos, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, a presidente da Banca Examinadora Profa. Fabiana Lucas de Almeida, abriu a sessão pública de defesa de trabalho final de Letícia Martins de Oliveira Castro, intitulado **“Auditoria Interna: um estudo bibliométrico nos cadernos de indicadores divulgados pela CAPES no período de 2007 a 2012”**. A Banca Examinadora, indicada pelo Colegiado do Curso em março de 2014 e foi constituída pelas professoras, *Fabiana Lucas de Almeida (orientadora)* e *Débora Lage Martins Lélis*. A defesa constou da apresentação de seminário versando sobre o assunto do trabalho, seguido de arguição da candidata pelos membros da banca. Posteriormente, a banca examinadora reuniu-se em sala fechada para o julgamento final, tendo sido considerado Aprovada com nota/conceito 90 / A o trabalho final de Letícia Martins de Oliveira Castro. O resultado foi comunicado ao público presente pela Profa. Fabiana Lucas de Almeida, que, em seguida, declarou encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelos membros da Banca Examinadora. Belo Horizonte, 08 de abril de 2014. *****

Profa. Fabiana Lucas de Almeida
(Mestre)

Profa. Débora Lage Martins Lélis
(Mestre)

A Célio Júnior.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pelas alegrias e pelas pessoas que coloca em meu caminho.

Aos meus pais, por estarem sempre ao meu lado, por me apoiarem na minha formação, por acreditarem em mim e me darem força para continuar caminhando.

Aos meus irmãos Henrique e Leonardo, obrigada por andarem sempre ao meu lado.

Célio Júnior, obrigada por me apoiar nos momentos mais difíceis, pela paciência nos momentos em que eu estive ausente para realização dessa especialização, pelo incentivo e pelo amor.

Aos colegas da turma pelos cafés da manhã e pelas ótimas discussões que acrescentaram muito para essa formação.

Aos meus amigos Allexandre, Patrícia e Tatiana, agradeço pelos momentos de estudo, de alegria e de companheirismo.

À Professora Fabiana, agradeço pela confiança e apoio na orientação desta monografia.

Ao CEPCON e a todos os seus colaboradores por me proporcionarem esse grande desenvolvimento.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo bibliométrico sobre o tema auditoria interna. O objetivo foi analisar a produção científica sobre auditoria interna contida em periódicos, anais, livros, capítulos, dissertações e teses disponíveis nos cadernos de indicadores divulgados pela CAPES no período de 2007 a 2012, dos programas de pós-graduação *strito sensu* em Ciências Contábeis. Foi efetuado um estudo descritivo em que foram levantados aspectos quantitativos e qualitativos sobre o tema auditoria interna. A pesquisa revelou que os 20 programas de pós-graduação analisados publicaram, em conjunto, um total de 12.721 trabalhos nos dois triênios analisados. Houve crescimento de 33% da produção bibliográfica do primeiro para o segundo triênio analisado. Desse total, 0,18% trabalhos versavam sobre auditoria interna. Das 20 instituições, 45% publicaram sobre auditoria interna, sendo a UNISINOS a que mais publicou seguida pela UERJ e depois, pela UFMG. Sobre o perfil das publicações em auditoria interna, 48% foram na forma de anais, 35% na forma de dissertações de mestrado, 8,5% periódicos e 8,5% em forma de livros ou capítulos. Ciupak. K., seguido por Vanti A.A., e por Lélis D.L.M., foram os autores que mais publicaram sobre auditoria interna. Através dos dados levantados foi possível perceber que não existe temática recorrente entre os trabalhos encontrados sobre auditoria interna. Das temáticas relacionadas à auditoria interna, governança corporativa foi a mais prevalente, seguida por controle interno e gerenciamento de riscos. Conclui-se que o tema auditoria interna é pouco pesquisado atualmente entre os programas de pós-graduação em ciências contábeis. Espera-se que este estudo desperte o interesse dos programas de pós-graduação no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema proposto.

Palavras chave: Auditoria interna, estudo bibliométrico, CAPES.

ABSTRACT

This work presents a bibliometric study on the internal auditing topic. The objective was to analyze the literature related to Internal auditing that was contained in journals, proceedings, books, book chapters, dissertations and theses available at indicator's books published by CAPES in the period of 2007-2012, from *strito sensu* graduate courses in Accounting. A descriptive study was performed in which quantitative and qualitative aspects about internal auditing have been raised. The study revealed that the 20 existing Accounting graduate programs published jointly a total of 12,721 jobs within the analyzed period. There was a 33% increase in bibliographic yield from the first to the second period analyzed. From this total, 0.18 % of the papers were about internal auditing. 45 % of the 20 institutions have published on internal auditing, being UNISINOS the one published the most, followed by UERJ and later, by UFMG. Regarding the profile of publications on internal auditing, 48 % of them were in the form of annals, 35 % in the form of dissertations, 8,5% periodicals and 8.5 % were in the form of books or chapters. Ciupak . K. followed by Vanti AA, and Lélis DLM, were the authors who mostly have published on internal auditing. Throughout the collected data it was possible to observe that doesn't exist a recurrent theme between the works found on internal auditing topic. Between the topics related to internal auditing, corporate governance was the most prevalent theme, followed by internal control and later by risk management. We conclude that the internal auditing topic is currently little researched among the graduate programs on accounting. Hopefully this study can arouse the interest of graduate programs in the development of research over the proposed topic.

Keywords : Internal Audit , bibliometric study , CAPES .

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Contextualização	8
1.2 Objetivos	9
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	9
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	9
1.3 Justificativa	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Auditoria	11
2.2 Conceitos de auditoria interna	12
2.3 Função da auditoria interna	13
2.4 Auditoria interna como mecanismo de governança corporativa	14
2.5 Etapas do processo de auditoria interna	15
2.6 Auditoria interna com base na avaliação dos riscos	17
2.6.1 <i>Risco de Auditoria e seus componentes</i>	18
2.7 Controles internos	19
2.7.1 <i>Conceito de controle interno</i>	19
2.7.2 <i>Avaliação dos controles internos</i>	21
2.7.3 <i>Lei Sarbanes Oxley e o controle interno</i>	23
2.8 Metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)	24
2.9 Bibliometria	25
2.10 A CAPES	27
3 METODOLOGIA	30
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
4.1 Total da produção bibliográfica entre 2007 a 2012	33
4.2 Perfil da produção bibliográfica por programa de pós graduação entre 2007 a 2012	33
4.3 Quantidade e perfil da produção bibliográfica sobre auditoria interna por programa de pós-graduação entre 2007 a 2012	36
4.4 Avaliação da autoria na produção sobre auditoria interna entre 2007 a 2012	37
4.5 Temática da produção bibliográfica relacionada à auditoria interna	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A	46

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

De acordo com o IIA (2014), as raízes da auditoria interna datam de séculos anteriores à era cristã, quando comerciantes verificavam os recibos dos grãos que eram trazidos para o mercado. A demanda cresceu para os sistemas de controles em companhias ao redor do mundo. Com o crescimento das organizações ao longo dos séculos, o ambiente de controle interno se tornou mais complexo, em face disto a atividade de auditoria interna tornou-se necessária para que os controles internos passassem por uma revisão com objetivo de auxiliar a organização a atingir seus objetivos.

Conforme cita o IIA (2014), o marco da transição da auditoria interna para os tempos modernos se deu no ano de 1941 com a publicação, por Victor Zebrink, do primeiro grande tratado sobre auditoria interna. Ao mesmo tempo John B. Thurston e Robert B. Milne formaram, em Nova York-EUA, um subcomitê de auditoria interna que mais tarde veio a se tornar o *The Institut of Internal Auditors - The IIA* e que nos dias atuais conta com mais de 180.000 membros ao redor do mundo.

A importância do tema foi recentemente evidenciada com a criação da lei Sarbanes-Oxley (SOX) em 2002, que obriga todas as empresas com ações negociadas no mercado americano a possuírem uma estrutura de controles internos, organizada e eficiente.

Nesse contexto, a perfeita compreensão sobre o tema auditoria interna é fundamental para a atuação dos profissionais ligados à auditoria e demais áreas relacionadas à gestão de uma empresa. As pesquisas e publicações realizadas sobre esse tema são o plano de fundo da universalização e da consolidação da auditoria interna, proporcionam condições para o desenvolvimento e a capacitação dos executivos do setor e, ainda, normatizam suas regras numa esfera internacional buscando o melhor consenso sobre a sua aplicabilidade.

A necessidade das empresas se adequarem a padrões sólidos de auditoria interna faz com que a pesquisa sobre o tema tenha elevada relevância. Contudo, antes de se pesquisar sobre o tema, faz-se necessário um levantamento detalhado e atual sobre o que tem sido produzido e veiculado no Brasil.

Segundo o portal da CAPES (2014), em nosso país as instituições de ensino são responsáveis pela produção e disseminação de conhecimento científico, incluindo o grande

campo das ciências contábeis. Essas pesquisas se dão majoritariamente por meio dos programas de pós-graduação das instituições de ensino, com os objetos de pesquisa dando origem a produtos de conhecimento nas formas de dissertações, teses, anais, artigos, entre outras. A pós-graduação por sua vez é regulamentada e também monitorada em nosso país pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao ministério da educação (MEC), governo federal. A CAPES realiza um sistema de avaliação trienal responsável tanto pelo ingresso e permanência dos programas de pós-graduação no Brasil.

Diante dos argumentos expostos, o presente trabalho, por meio de um estudo bibliométrico, pretende responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual é o perfil da produção bibliográfica sobre o tema auditoria interna dos programas de pós graduação *stricto sensu* em ciências contábeis, com base nos cadernos de indicadores das avaliações trienais da CAPES no período entre 2007 e 2012?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é analisar a produção científica sobre auditoria interna nos cadernos de indicadores das avaliações trienais da CAPES do período de 2007 a 2012, considerando os dois triênios 2007-2009 e 2010-2012, por meio de uma análise bibliométrica.

1.2.2 Objetivos específicos

O estudo pretende também atingir aos seguintes objetivos específicos:

- Quantificar a produção bibliográfica total informada pelos programas de pós graduação em ciências contábeis recomendados pela CAPES.

- Analisar a classificação Qualis da produção bibliográfica total por programa de pós graduação em contabilidade.
- Quantificar e analisar a produção bibliográfica sobre auditoria interna dos programas de pós graduação *scriptu sensu* em contabilidade, nas formas de anais, periódicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações, publicados no Portal da CAPES.
- Avaliar a autoria na produção bibliográfica sobre auditoria interna, apresentada no Portal da CAPES.
- Analisar as temáticas relacionadas ao tema auditoria interna.

1.3 Justificativa

Quanto maior a entidade social, maior e mais complexa se torna a sua estrutura organizacional. Nas sociedades modernas, as funções que envolvem a tomada de decisões são delegadas dos proprietários aos administradores, devendo estes agir de acordo com os interesses daqueles. Nesse contexto, a atividade de auditoria interna assume grande importância como mecanismo de governança corporativa, no contexto da teoria da agência.

Esta pesquisa busca verificar na literatura o que têm sido produzido e publicado pelas instituições de ensino sobre o tema, e qual o foco dado aos diversos assuntos que o permeiam, a fim de identificar pontos pouco abordados, mas de essencial importância para a comunidade científica.

Ademais, a auditoria interna é regida por normas que possibilitam a sua condução em diversos ambientes legais e culturais, entre organizações que variam de propósito, tamanho, complexidade e estrutura, bem como por pessoas dentro ou fora da organização. Assim, as informações sobre os estudos veiculados na literatura auxiliam a alocação de recursos de pesquisa, a fim de verificar a aplicabilidade dessas normas, bem como a maneira pela qual elas vêm servindo aos diversos ambientes organizacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Auditoria

As classes da auditoria variam de acordo com o tratamento que se dá ao objeto de auditoria.

Segundo Sá (2002), a classificação de auditoria é referente à forma de intervenção, que pode ser:

- Interna: Realizada por funcionários da própria empresa.
- Externa ou independente: Realizada por profissional liberal ou por associações de profissionais liberais.

O auditor interno e o auditor externo, relativo a assuntos contábeis operam em geral no mesmo campo, e ambos têm interesse na verificação da existência de um sistema efetivo de controle interno e um sistema contábil capaz de oferecer os dados necessários para permitir a preparação de demonstrações contábeis que reflitam a posição contábil e o resultado das operações da empresa. (CREPALDI, 2007).

Segundo Crepaldi (2007, p. 32) *“mesmo que identificado o interesse comum no trabalho do auditor interno e do auditor externo, devemos salientar que existem diferenças fundamentais”*.

A auditoria interna é aquela exercida por funcionário da própria empresa, em caráter permanente. Apesar de seu vínculo com a empresa, o auditor interno deve exercer sua função com absoluta independência profissional, preenchendo todas as condições necessárias ao auditor externo, mas também exigindo da empresa o cumprimento daquelas que lhe cabem. (FRANCO; MARRA, 2001, p. 219).

É perfeitamente possível que os auditores internos e externos trabalhem juntos, programando em conjunto os serviços, de forma que o auditor interno realize os serviços analíticos, ao passo que caberia ao auditor externo conferir esses serviços, por amostragem e ao acaso, segundo seu próprio juízo (FRANCO; MARRA, 2001)

As diferenças entre as auditorias interna e externa estão expressas no quadro abaixo:

QUADRO 1

Diferenças entre Auditoria Interna e Auditoria Externa

Elementos	Auditoria Externa	Auditoria Interna
Sujeito	Profissional independente	Auditor interno (funcionário da empresa)
Ação e objetivo	Exame das demonstrações Financeiras	Exame dos controles operacionais
Finalidade	Opinar sobre as demonstrações Financeiras	Promover melhorias nos controles operacionais
Relatório Principal	Parecer	Recomendação de controle interno e eficiência administrativa
Grau de Independência	Mais amplo	Menos amplo
Interessados no trabalho	A empresa e o público em geral	A empresa
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal	Trabalhista
Número de áreas cobertas pelo exame durante um período	Maior	Menor
Intensidade dos trabalhos em cada área	Menor	Maior
Continuidade do trabalho	Periódico	Contínuo

Fonte: Crepaldi, Silvio Aparecido, **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 4. Ed – São Paulo: Atlas, 2007

2.2 Conceitos de auditoria interna

A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade (CREPALDI, 2007, p. 25).

Segundo o IIA - The Institute of Internal Auditors (2004, p. 2),

a auditoria interna é uma atividade independente e objetiva que presta serviços de avaliação e de consultoria com o objetivo adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. A auditoria auxilia a organização a alcançar seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança corporativa.

Para Sá (2002, p. 41) “*a auditoria interna é realizada em muitas empresas com sucesso requerendo, porém, uma organização rígida e mesmo um controle da própria auditoria por intermédio de inspetores (segundo algumas empresas de maior dimensão)*”.

Ainda segundo Sá (2002), a atividade de auditoria interna precisa de autonomia para a execução de sua tarefa, podendo interferir em todos os setores, porém, sem se subordinar às linhas de autoridade que venham a interferir em suas possibilidades de indagação.

A auditoria interna deve ser independente e os auditores internos devem ser objetivos ao executar as suas atividades.

O IIA (2012) cita que a independência é a imunidade quanto às condições que ameaçam a capacidade da atividade de auditoria interna de conduzir as suas responsabilidades de maneira imparcial e a objetividade é uma atitude mental imparcial que permite aos auditores internos executarem os trabalhos de maneira a confiarem no resultado de seu trabalho e que não seja feito nenhum comprometimento da qualidade.

Segundo Sá (2002), a auditoria limitou-se inicialmente à verificação de registros contábeis com o objetivo de verificar se os mesmos eram exatos, com o tempo ampliou-se o campo da auditoria, o conceito é dinâmico e prossegue em evolução, atribuindo-se à auditoria outras importantes funções, abrangendo todo organismo da empresa e da sua administração.

2.3 Função da auditoria interna

Com a globalização e a necessidade de otimização de resultados, as empresas estão buscando cada vez mais oportunidades e estratégias para minimizar riscos aos seus negócios, eficiência em suas operações e um nível adequado de controle e retorno aos seus investimentos (CREPALDI, 2007).

Crepaldi (2007) cita que a auditoria interna deve estar adequadamente sincronizada nesse cenário, como um elemento-chave para avaliação contínua dos processos e atividades das empresas.

Segundo Lisboa (2010) a auditoria interna tem por finalidade auxiliar a organização a alcançar seus objetivos, adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos e de gerenciamento de riscos com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados de uma organização.

A auditoria interna conforme cita Crepaldi (2007) deve buscar como produto de seu trabalho a proposta e implantação de soluções alinhadas com as melhores práticas de negócios. A utilização de metodologia com enfoque abrangente de revisão é fator determinante para o sucesso das atividades e do produto gerado pela auditoria interna.

A auditoria interna é primordial para a avaliação contínua dos processos e atividades da empresa. O enfoque tradicional de avaliação do controle interno não é suficiente para atender às novas exigências das empresas que estão inseridas no mercado altamente competitivo e em constante transição (CREPALDI, 2007).

2.4 Auditoria interna como mecanismo de governança corporativa

Segundo Martin et al (2004), com a complexidade das empresas, as práticas de governança corporativa vêm sendo cada vez mais discutidas. Atualmente é possível visualizar nas empresas modernas uma clara separação dos que detêm efetivamente a propriedade e os que realizam a gestão empresarial. Os administradores que tem o poder de decisão sobre os recursos empresariais, ao darem prioridade a seus interesses, podem não aplicar esses recursos de forma a atender os interesses dos acionistas/ proprietários. Isso gera um risco, que é o de agenciamento. É da necessidade da mitigação do risco de agenciamento que decorre o sistema de controle de gestão, que é utilizado para assegurar que as atividades de uma empresa aconteçam da forma desejada além de contribuir para a manutenção e melhora da posição competitiva da organização.

Na mesma linha o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009) define que a Governança Corporativa surgiu para superar o "conflito de agência". Nesta situação, o proprietário (acionista) delega a um agente (administrador) o poder de decisão sobre empresa (nos termos da lei). Essa situação pode gerar divergências no entendimento de cada um dos grupos daquilo que consideram ser o melhor para a empresa e que as práticas de governança corporativa buscam superar.

A preocupação da Governança Corporativa é em criar um conjunto de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, com o objetivo de assegurar que o comportamento dos administradores esteja sempre alinhado aos interesses das organizações (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC, 2009).

Conforme Martin et al (2004), a principal tarefa da governança é implantar na empresa um conjunto de controles e incentivos para solucionar os problemas de custódia e do desempenho dos recursos nela investidos dentro de um ambiente de riscos, não pode existir governança empresarial sem controles internos e a eficácia dos controles internos precisam ser unificados e harmonizados entre si.

Conforme o IIA (2012), a atividade de auditoria interna deve avaliar e propor recomendações apropriadas para a melhoria do processo de governança corporativa das empresas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009), a auditoria interna tem a responsabilidade de monitorar e avaliar o ambiente de controles internos, as normas e procedimentos estabelecidos pela gestão. Cabe aos auditores atuarem na recomendação e no aperfeiçoamento dos controles, das normas e procedimentos, em consonância com as melhores práticas do mercado. A gestão da organização e, particularmente, o diretor-presidente, são diretamente beneficiados pela melhoria do ambiente de controles internos decorrentes de uma atuação ativa da auditoria interna.

2.5 Etapas do processo de auditoria interna

O processo de auditoria interna é composto por etapas, a primeira etapa do processo é o planejamento, conforme Franco e Marra (2001, p. 297) *“ao se iniciar qualquer trabalho de auditoria, este deve ser cuidadosamente planejado, tendo em vista seu objetivo. Os exames e verificações serão orientados conforme o alcance visado pela auditoria”*.

O planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento sobre as atividades, os fatores econômicos, a legislação aplicável às práticas operacionais da entidade e o nível geral de competência de sua administração (CREPALDI, 2007).

Conforme cita Crepaldi (2007), o planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

- o conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações ocorridas em relação ao exercício anterior;
- o conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade;
- os riscos de auditoria;

- a natureza, a oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados;
- a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas;
- o uso dos trabalhos de outras auditorias;
- a natureza, conteúdo e a oportunidade de pareceres, relatórios e outros informes;
- a necessidade de atender os prazos estabelecidos;

O auditor deve documentar seu planejamento geral e preparar programas de trabalho por escrito, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão (CREPALDI, 2007).

O IIA (2012) cita que *"o planejamento dos trabalhos da atividade de auditoria interna deve ser baseado em uma avaliação de risco documentada, realizada pelo menos anualmente"*. A gerência da área de auditoria é responsável por identificar e considerar as expectativas da alta administração, conselho e outras partes interessadas sobre os pareceres da auditoria interna.

Na perspectiva de Sá (2002), o planejamento facilita consideravelmente a execução e o controle das tarefas, facilita a coordenação de tarefas do pessoal de auditoria, possibilitando um ótimo aproveitamento da capacidade de cada empregado. O plano por si só, não pode fazer a coordenação; entretanto, é um fator básico para que esta seja conseguida.

Segundo o IIA (2012), a gerência do departamento de auditoria interna deve comunicar o planejamento da atividade de auditoria interna e os requerimentos de recursos, à alta administração e ao conselho para revisão e aprovação, deve comunicar também o impacto da limitação de recursos.

A segunda etapa é o trabalho de campo, consiste na execução do trabalho.

Segundo o IIA (2012), os auditores internos devem identificar, analisar, avaliar e documentar informações relevantes e úteis para cumprir os objetivos do trabalho, além disso eles devem identificar informações suficientes, confiáveis, relevantes e úteis.

Quando o trabalho de auditoria for executado por assistentes, este deverá ser adequadamente supervisionado. Por supervisão entende-se a participação efetiva de acompanhamento da realização dos trabalhos, bem como o de revisão dos trabalhos executados para se determinar que as evidências estejam adequadas e expostas claramente nos papéis de trabalho (ATTIE, 2009).

Conforme o IIA (2012), "os trabalhos deverão ser supervisionados para assegurar que os objetivos sejam alcançados, a qualidade seja assegurada e a equipe seja desenvolvida".

A terceira etapa é a comunicação dos resultados, os auditores internos deverão comunicar os resultados do trabalho de auditoria. De acordo com o IIA (2012), as comunicações devem conter os objetivos e o escopo do trabalho, assim como as conclusões, recomendações e planos de ação aplicáveis.

Por fim a quarta e última etapa é o monitoramento do progresso, segundo o IIA (2012), o departamento de auditoria deve estabelecer um processo de acompanhamento, para monitorar e assegurar que as ações serão tomadas ou que a alta administração tenha aceitado o risco de não tomar nenhuma ação.

2.6 Auditoria interna com base na avaliação dos riscos

Dias (2006, p. 15) afirma que,

são definidos os processos a serem auditados dentre aqueles em que se identificar a maior relevância para a execução do negócio-fim da empresa auditada. Cabe à área de Auditoria definir o grau de risco envolvido em cada processo, para determinação da amplitude exigida perante os riscos.

De acordo com Peters (2007), em uma visão simplificada, podemos classificar riscos em quatro tipos, de acordo com os seus fatores principais: de crédito, legais, de mercado e operacionais. Esses últimos, por serem funções diretas da operação da entidade, estão mais diretamente relacionados aos controles internos.

“Os riscos estão relacionados com a rentabilidade no sentido que, para preveni-los, há um custo. Eliminar um risco é, economicamente, um engano.” (PETERS 2007, p. 52).

Segundo IIA (2004),

o auditor interno deve estar alerta aos riscos significativos que poderiam afetar os objetivos, operações ou recursos. Entretanto, procedimentos de auditoria, por si só, mesmo quando desenvolvidos com o cuidado profissional devido, não garantem que todos os riscos significativos serão identificados.

“A atividade de auditoria interna deve assistir à organização através da identificação e avaliação de exposições significativas a riscos e da contribuição para a melhoria dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controle.” (IIA, 2004).

Ainda de acordo com IIA (2004), “durante o trabalho de consultorias, os auditores internos devem remeter-se ao risco consistente com os objetivos do trabalho de auditoria e estar alertas à existência de outros riscos significativos”.

Estabelecidos os pontos de convergência, o auditor avalia, através do levantamento prévio dos dados envolvidos, do macrofluxo do processo e do entendimento dos procedimentos adotados, quais seriam os riscos inerentes ao processo, classificando sua importância como graus de risco, alto, médio e baixo. (DIAS, 2006).

2.6.1 Risco de Auditoria e seus componentes

Para Crepaldi (2007, p. 176) “o risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião isoladamente inadequada sobre as demonstrações contábeis significativamente incorretas”

O risco de auditoria ocorre em função de três componentes que são o risco de detecção, risco de controle e risco inerente. (CREPALDI, 2007).

“Ainda Segundo Crepaldi (2007), o risco de detecção é o risco de não se identificar erros ou irregularidades relevantes, por ser o exame efetuado em base de testes”. É o risco de que o auditor não detecte um erro material ou classificação indevida que existam nas demonstrações contábeis. Pode ser expresso por uma combinação de risco de procedimentos de revisão analítica e risco de testes de detalhes.

Na perspectiva de Franco e Marra (2001, p. 290)

o nível de risco de detecção está diretamente relacionado com os procedimentos de comprovação do auditor. A avaliação do risco de controle por parte do auditor, juntamente com a avaliação do risco inerente, exerce influência sobre a natureza, época de aplicação e extensão dos procedimentos de comprovação a serem executados para reduzir o risco de detecção e, portanto, o risco de auditoria, a um nível aceitavelmente baixo. Algum risco de detecção estaria sempre presente, mesmo se o auditor tivesse que examinar 100 por cento dos saldos de contas ou classes de transações porque, por exemplo, a maior parte das evidências de auditoria é persuasiva e não conclusiva.

Conforme Crepaldi (2007, p. 177), “o risco de controle é o risco de que os sistemas contábeis e de controle interno deixem de detectar uma distorção de saldo que poderia ser relevante”.

Segundo Franco e Marra (2001), O auditor normalmente avalia o risco de controle em um nível alto para uma parte ou para a totalidade das afirmações quando:

- Os sistemas contábeis e de controle interno da entidade não forem eficazes; ou
- Não for eficiente avaliar a eficácia dos sistemas contábeis e de controle interno da entidade.

Risco Inerente é o risco de que a susceptibilidade do saldo de uma conta ou classe de transações a uma distorção que poderia ser relevante, presumindo que não houvesse controles internos correlatos (CREPALDI, 2007, P. 177).

2.7 Controles internos

Conforme Attie (2009), às vezes imagina-se ser o controle interno sinônimo de auditoria interna. É uma idéia totalmente equivocada, pois o controle interno não poderá ser confundido com a auditoria interna. A auditoria interna normalmente é executada por um departamento especializado e tem o objetivo de revisar e apreciar os controles internos, ao passo que o controle interno é um conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas adotados como planos permanentes da empresa.

2.7.1 Conceito de controle interno

Conforme Dias (2006, p. 3 *apud* Fayol),

o controle consiste em verificar se tudo ocorre de conformidade com o plano adotado, com as instruções emitidas e com os princípios estabelecidos. Tem por objetivo apontar falhas e erros, para retificá-los e evitar sua reincidência, aplica-se a tudo: coisas, pessoas, processos, etc.

Segundo AICPA, American Institute of Certified Public Accountant (2006, p. 3 *apud* Dias),

o controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados numa empresa para proteger seu ativo, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

O sistema de controles internos adotados em uma organização representa o conjunto de procedimentos ou atos que possibilitem segurança quanto aos aspectos lógicos e técnicos de processo, identificando o cumprimento das linhas hierárquicas de autoridade,

limite de alçada estabelecida e efetiva execução do fluxo de processos das operações (DIAS, 2006).

Na perspectiva de Attie (1998, p. 111), *“o controle têm significado e relevância somente quando é percebido para garantir o cumprimento de um objetivo definido, quer seja administrativo ou gerencial.”*

Já de acordo com Peters (2007, p. 39), *“Controle interno é a fiscalização das atividades feitas pela própria empresa (pelo administrador da empresa).”*

Conforme IIA (2004), controle é qualquer ação executada pelas gerências, diretorias, e outros para gerenciar os riscos e incrementar a probabilidade de que os objetivos estabelecidos e as metas serão atingidos.

A importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto. Attie (2009, p. 151).

Segundo Crepaldi (2007), O controle interno pode garantir a continuidade do fluxo das operações com as quais convivem as empresas, nesse contexto, a contabilidade dos resultados gerados por tal fluxo assume vital importância para os empresários que se utilizam dela para a tomada de decisões.

Conforme Peters (2007), o controle interno pode ser:

- Preventivo: que tem como objetivo evidenciar desperdícios e irregularidades
- Detectivo: com o objetivo de detectar erros
- Corretivo: com o objetivo de corrigir o erro, nesse caso o erro já existe.

Na mesma linha, Dias (2006) afirma que as funções de um processo produtivo podem ser:

- Preventiva: atua como uma forma de prevenir os problemas, exercendo o papel de uma espécie de guia para a execução do processo ou na definição das atribuições e responsabilidades inerentes.
- Detectiva: detecta algum problema no processo, sem impedir que ele ocorra.
- Corretiva: serve como base para a correção de causas e problemas no processo, mas após a sua ocorrência. .

Nos dias atuais fica cada vez mais caracterizado que os controles precisam atuar com uma finalidade preventiva. Não adianta somente identificar e corrigir um problema após

a sua ocorrência. Os controles precisam proporcionar segurança quanto à inexistência de problemas ou desvios nos processos (DIAS, 2006).

2.7.2 Avaliação dos controles internos

Segundo Sá (2002, p. 105), como elemento auxiliar do planejamento em auditoria, a avaliação de controles internos é parte de relevante importância. O que se examina é a “organização de controles” e também a “execução” deles.

Ainda segundo Sá (2002), a avaliação é a base final do processo utilizado para mensurar o controle interno. O ciclo das tarefas envolve:

- Levantamentos preliminares;
- Ponderação dos fatores e princípios do controle interno;
- Levantamento dos dados básicos para aferição de rotinas e funções;
- Planejamento da análise do controle;
- Avaliação;
- Pesquisa sobre erros que escapam ao controle interno (riscos inerentes);

Conforme Attie (2009), um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custos padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento do pessoal e auditoria interna.

Avaliação do controle interno é um sistema auxiliar de auditoria através da qual é medida a capacidade da organização de proteger seu patrimônio e os objetivos deste.

Para Franco e Marra (2001), a avaliação do ambiente de controle existente deve considerar:

- A definição de funções de toda a administração;
- O processo decisório adotado na entidade;
- A estrutura organizacional da entidade e os métodos de delegação de autoridades e responsabilidades;
- As políticas de pessoal e segregação de função;
- O sistema de controle da administração, incluindo as atribuições da auditoria interna, se houver.

Segundo Crepaldi (2000), as normas de auditoria referentes ao trabalho no campo estabelecem que o auditor deve analisar o sistema de controle interno da empresa auditada, com a finalidade de determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria. O auditor executa os seguintes passos na avaliação do controle interno:

- levanta o sistema de controle interno;
- verifica se o sistema levantado é o que está sendo efetuado na prática;
- avalia a possibilidade de o sistema revelar de imediato erros e irregularidades;
- determina o tipo, data e volume dos procedimentos de auditoria;

Conforme Dias (2006), o auditor quando efetua o levantamento do processo, está conhecendo/documentando os procedimentos executados, identificando os objetivos envolvidos e evidenciando os controles que suportam sua eficácia. Essa fase é primordial para uma análise eficaz do sistema de controle interno da empresa. Quando o auditor critica um sistema de controle interno, suas deduções têm como base fatos de evidências documentadas durante a fase de levantamento do processo. Cabe ao auditor avaliar se os controles existentes possibilitam a prevenção de possíveis falhas inerentes ao processo, a detecção de possíveis problemas relativos ao tipo de negócio praticado e a obtenção da base para a correção das causas de possíveis distorções derivadas de ações ou eventos externos ao processo. Por fim, após o levantamento e análise dos controles internos, cabe ao auditor verificar a conformidade das rotinas levantadas e a efetiva aplicação dos controles informados pelo auditado.

Segundo IIA (2004), *“a atividade de auditoria interna deve assistir a organização na manutenção de controles efetivos, avaliando sua efetividade e eficiência e promovendo contínuas melhorias”*.

Ainda segundo o IIA (2004), a atividade de auditoria interna deve avaliar a adequação e a eficácia dos controles, abrangendo a governança, as operações e os sistemas de informação, isto deve incluir a integridade e confiabilidade das informações financeiras e operacionais, a eficácia e eficiência das operações, a salvaguarda dos ativos e à conformidade às leis, regulamentos e contratos.

São necessários critérios adequados para avaliar os controles. Os auditores internos devem avaliar a extensão em que as gerências estabeleceram critérios adequados, para determinar se os objetivos e metas foram atingidos. Se adequados, os auditores devem usar tais critérios na sua avaliação, caso contrário, devem trabalhar com as gerências para desenvolver critérios apropriados de avaliação.

2.7.3 Lei Sarbanes Oxley e o controle interno

A lei Sarbanes-Oxley, de 2002, também conhecida como SOX, sancionada em 30 de julho de 2002, é uma lei federal dos Estados Unidos em resposta a inúmeros escândalos corporativos e contábeis de grandes proporções, como os que afetaram a Enron, Tyco Internacional e WorldCom, esses escândalos resultaram em um declínio da confiança do público nas práticas contábeis e de divulgação (PETERS, 2007).

Segundo Dias, (2006), nos escândalos norte-americanos, os executivos alegaram que não tinham conhecimento das práticas contábeis indevidas, e, assim, a SOX visa a desencorajar alegações desse tipo, por intermédio de medidas como controles internos mais rigorosos.

Dias, (2006), indicou as questões relacionadas à SOX, tais como:

- Boas práticas de governança e ética corporativa;
- Código de ética corporativo;
- Restrição a empréstimos e concessão de crédito para diretores;
- Código de ética para executivos financeiros e *insiders*;
- Restrição à contratação de serviços de auditores externos;
- Quarentena para contratação de funcionários que já atuaram como auditores externos (nível executivo para a área financeira);
- Comitê de auditoria;
- Combate a fraudes financeiras;
- Estruturação e monitoramento de controles internos;
- Governança em tecnologia da informação;
- Gestão e gerenciamento de riscos;

Ainda segundo Dias (2006, p. 55), “a Sarbanes-Oxley é contundente quanto ao papel crítico dos controles internos, definindo-o como um processo desempenhado pela alta gestão, diretores, gerentes e demais funcionários, visando alcançar o sucesso do negócio”.

Segundo Peters (2007, p. 15), “a lei possui 11 títulos, indo de responsabilidades adicionais para os conselhos de administração das empresas e penalidades criminais, e requer da Securities and Exchange Commission (SEC) a implementação de regras e requerimentos em conformidade com lei.”

A primeira parte da lei estabelece uma nova agência “*quasi-public*”, o Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), que tem o encargo de supervisionar, regulamentar, inspecionar e disciplinar as empresas de auditoria (PETERS, 2007).

2.8 Metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*)

Conforme Dias (2006), o COSO é um modelo atual de planejamento, análise de riscos e das atividades de controle.

Ainda segundo o referido autor, o COSO é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa. O COSO define o controle interno como um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da empresa nas seguintes categorias:

- Eficiência e efetividade operacional: esta categoria está relacionada com os objetivos básicos da entidade
- Confiança nos registros contábeis / financeiros: todas as transações deverão ser registradas, todos os registros devem refletir transações reais, consignadas pelos valores e enquadramentos corretos
- Conformidades: com leis e normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação.

De acordo com Peters (2007), o modelo COSO 1 estabelece que um sistema de controle interno, é um processo constituído de cinco elementos, que estão inter-relacionados:

- Ambiente de controle: focado em integridade, valores éticos, comprometimento com competência, conselho de administração e comitê de auditoria, filosofia e estilo operacional da administração, estrutura organizacional, designação de autoridade, e responsabilidade e políticas e práticas de recursos humanos;
- Avaliação e gerenciamento dos riscos: focado em objetivos da empresa como um todo;
- Atividade de controle: com foco em políticas e procedimentos;
- Informação e comunicação: focado em informação e comunicação;

- Monitoramento: focado em monitoração corrente, avaliações separadas e informe de deficiências.

Na perspectiva de Peters (2007), as três dimensões de objetivos, conjugadas aos cinco componentes e às unidades administrativas de uma entidade formam a clássica figura de um cubo que retrata o modelo COSO, como pode ser observado na FIG. 1.

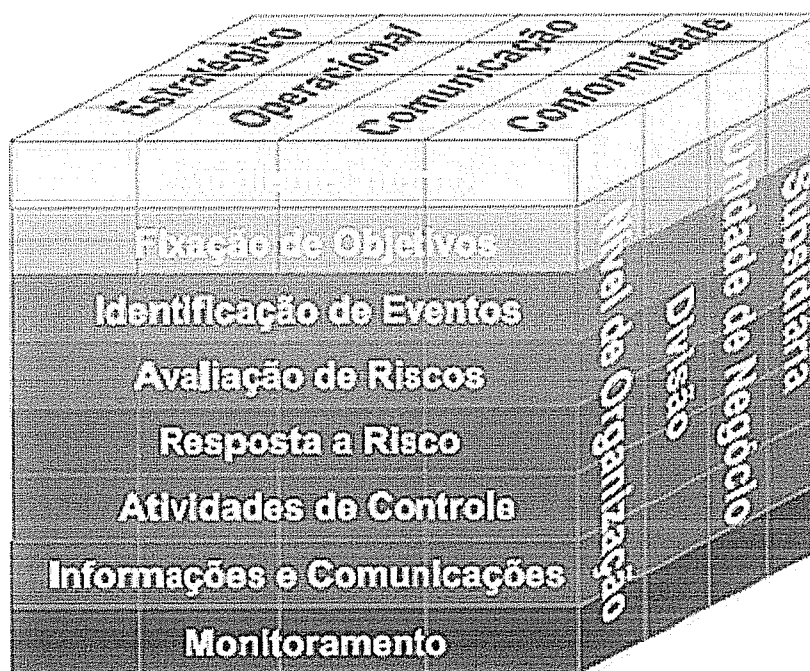


FIGURA 1 – Modelo COSO
Fonte: Gestão e Qualidade nas Organizações, 2013

Conforme Peters (2007), a estrutura do COSO 2 ampliou o conceito de controle interno, e adicionou três componentes aos cinco citados anteriormente:

- Estabelecimento de objetivos: objetivos alinhados com a missão da empresa e consistentes com a tolerância ao risco;
- Identificação de eventos: interno e externos que afetam o cumprimento de objetivos de maneira positiva e negativa;
- Resposta ao risco: regras de gestão de risco.

2.9 Bibliometria

A bibliometria é um campo das áreas de biblioteconomia e ciência da informação que aplica métodos estatísticos e matemáticos para analisar o curso da comunicação escrita de

uma determinada disciplina. Segundo Pritchard (1969), bibliometria significa “*todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita*”. Houve um hiato temporal até a consolidação do termo bibliometria. Desde 1922 até 1969 o termo bibliografia estatística (do inglês: *statistical bibliography*) era usado para designar esse processo, ainda que fosse usado de maneira não consensual entre os autores dedicados ao assunto (GUEDES E BORSCHIVER, 2005). A citação sobre o termo bibliografia estatística era escassa na literatura até o termo Bibliometria (em inglês *Bibliometrics*) ser sugerido para denominar a área em questão (PRITCHARD, 1969).

A bibliometria coloca-se como uma ferramenta estatística básica para a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico. Segundo Guedes e Borschiver (2005), a bibliometria é regida por três leis: Lei de Bradford, lei de Lotka e Lei de Zipf. Cada uma possui um foco de estudo e relaciona-se de maneira distinta com os sistemas de comunicação e de informação científica e tecnológica.

A lei de Bradford relaciona-se à dispersão da literatura nos periódicos científicos. Quando os primeiros artigos sobre um novo assunto são escritos, eles passam por uma pequena seleção e, se aceitos, atraem mais e mais artigos. Se o assunto continua a se desenvolver, surge eventualmente um núcleo de periódicos sobre aquele assunto. Segundo Brookes (1969), esse fenômeno refere-se ao “mecanismo do sucesso gerando sucesso”. A Lei de Bradford é um instrumento útil para o desenvolvimento de políticas de aquisição e de descarte de periódicos, em nível de gestão de sistemas de recuperação da informação, gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico.

A lei de Lotka postula sobre a produtividade dos autores. Ela parte da premissa que alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco. Segundo Voos (1974), a relação entre o número de autores e o número de trabalhos publicados por esses, em qualquer área científica, segue a lei do Inverso Quadrado $1/n^2$. Em um dado período de tempo, analisando um número n de artigos, o número de cientistas que escrevem dois artigos seria igual a $1/4$ do número de cientistas que escreveram um. O número de cientistas que escreveram três artigos seria igual a $1/9$ do número de cientistas que escreveram um, e assim sucessivamente.

As leis de Zipf relacionam-se com a representação da informação, isto é, com a frequência da ocorrência de palavras em um dado texto. É enriquecida numericamente pelo ponto de transição T de Goffman (GOFFMAN, 1966). Zipf observou que, num texto suficientemente longo, existia uma relação entre a frequência que uma dada palavra ocorria e sua posição na lista de palavras ordenadas segundo sua frequência de ocorrência. Observou

também que o produto da ordem de série de uma palavra pela sua frequência era aproximadamente uma constante (primeira lei de Zipf) (GUEDES E BORSCHIVER, 2005).

Diversas são as possibilidades de aplicação da bibliometria, o que pode ser visto pela abrangência das leis bibliométricas ora mencionadas. Contudo, nesse estudo as aplicações do estudo bibliométrico se limitam a: identificar tendência e crescimento do conhecimento em um determinado tema (auditoria interna), identificar os autores e instituições nacionais envolvidas com a produção sobre auditoria interna e; quantificar a produtividade sobre temáticas relacionadas à auditoria interna.

2.10 A CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi fundada em 11 de julho de 1951. É uma fundação do Ministério da Educação (MEC) e desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação (PORTAL DA CAPES, 2014).

Segundo o Portal da Capes, (2014) as atividades da Capes podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- promoção da cooperação científica internacional.
- indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A Capes tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem (PORTAL DA CAPES, 2014).

O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de

políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios) (PORTAL DA CAPES, 2014).

Conforme o Portal da Capes (2014), o Sistema de Avaliação desenvolvido pela CAPES pode ser dividido em dois processos distintos que se referem à entrada e permanência dos cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO) no SNPG, como pode ser observado na FIG.2.

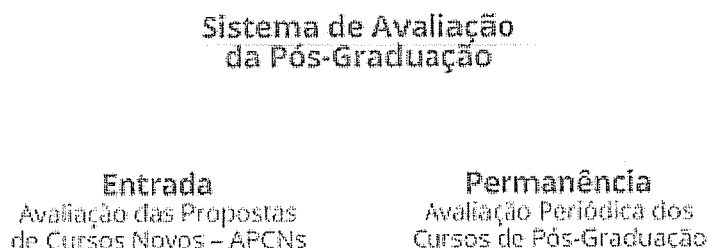


FIGURA 2 - Processos de avaliação da pós graduação

Fonte: Portal da Capes, 2013

Ambos os processos são conduzidos com base nos mesmos fundamentos:

- Reconhecimento e confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares;
- Critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo;
- Transparência firmada na ampla divulgação das decisões, ações e resultados:
No portal da CAPES nas páginas das áreas de avaliação.

A Avaliação trienal é parte do processo de permanência, e é realizada em 48 áreas de avaliação, número vigente em 2013, seguindo sistemática e conjunto de quesitos básicos estabelecidos no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), seguindo o fluxo da FIG.3.

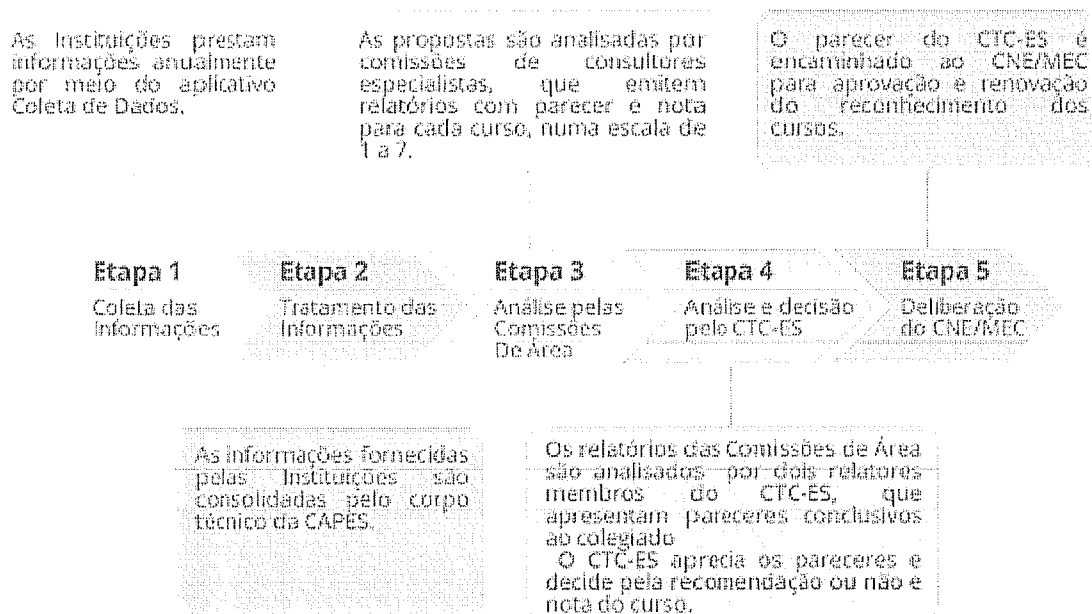


FIGURA 3 - Fluxo da avaliação trienal
Fonte: Portal da Capes, 2013

Os resultados da avaliação periódica de programas de pós-graduação são expressos em notas, numa escala de 1 a 7, que são atribuídas aos mestrados e doutorados após análise dos indicadores referentes ao período avaliado. Esta análise é conduzida nas comissões de área de avaliação e, posteriormente, no CTC-ES, que homologa os resultados finais. São estes resultados que fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento para a continuidade de funcionamento no período subsequente (PORTAL DA CAPES, 2014).

3 METODOLOGIA

Conforme Denker (1998), a metodologia científica estuda os métodos e processos utilizados para obtenção e desenvolvimento do conhecimento científico, representando a maneira concreta de como se realiza a busca do conhecimento e o que pode ser trabalhado para se adquirir o conhecimento desejado de maneira racional e eficiente.

O presente trabalho pode ser caracterizado como uma *survey* descritiva. Segundo Collis e Hussey (2005, p. 70), esse tipo de pesquisa "*deve identificar e contar a frequência de uma população específica, em um determinado momento, ou vários momentos para comparação*". A população analisada neste trabalho é a produção bibliográfica sobre auditoria interna presente em teses, dissertações, periódicos, anais, livros e capítulos constantes nos cadernos de indicadores dos sistemas de pós graduação em contabilidade, publicados pela CAPES.

Os dados específicos sobre auditoria interna foram obtidos dos cadernos de indicadores publicados nas duas últimas avaliações trienais: 2007-2009 e 2010-2012. Os dados sobre auditoria interna foram confrontados com os dados da produção geral dos programas de pós-graduação em contabilidade. As planilhas da produção geral foram obtidas dos seguintes links:

- <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhascomparativas-da-avaliacao-trienal-2010> (triênio 2007-2009)
- <http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/resultados/planilhas-comparativas> (triênio 2010-2012).

A partir desses links, foi selecionada a grande área da “administração, ciências contábeis e turismo”. Dessas planilhas foram filtrados apenas os dados dos cursos que continham em seu nome contabilidade ou ciências contábeis.

Os cadernos de indicadores são os relatórios utilizados no processo de avaliação dos cursos de pós graduação credenciados pela CAPES. Os dados analisados neste trabalho foram extraídos dos indicadores: TE - Teses e Dissertações e PB - Produção Bibliográfica no período de 2007 a 2012, das 20 instituições de ensino com programas de pós-graduação *stricto sensu* em ciências contábeis ou contabilidade recomendados pela CAPES, conforme apresentado no QUADRO 2. Para cada ano existe um caderno de indicador para cada instituição. Portanto, foram analisados 120 cadernos indicadores das 20 instituições durante os seis anos considerados (2007-2012). O levantamento bibliográfico foi realizado conforme a

FIG.4. Dos dados encontrados foram analisados aspectos qualitativos e quantitativos do estudo bibliométrico que serão apresentados na análise dos resultados.

QUADRO 2

Instituições de ensino com programas de pós graduação *stricto sensu* em ciências contábeis ou contabilidade

SIGLA DA INSTITUIÇÃO	NOME DA INSTITUIÇÃO	CURSO
FUCAPE	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças	Ciências contábeis
FUCAPE	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças	Ciências contábeis
FURB	Universidade Regional de Blumenau	Ciências contábeis
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Ciências contábeis e atuariais
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Ciências contábeis
UFAM	Universidade Federal do Amazonas	Contabilidade e controladoria
UFBA	Universidade Federal da Bahia	Contabilidade
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Ciências contábeis
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Ciências contábeis
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco	Ciências contábeis
UFPR	Universidade Federal do Paraná	Contabilidade
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Ciências contábeis
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Contabilidade
UFU	Universidade Federal de Uberlândia	Ciências contábeis
UNB	Universidade de Brasília	Contabilidade
UNIFECAP	Centro Universitário FECAP	Ciências contábeis
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Ciências contábeis
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Ciências contábeis
USP	Universidade de São Paulo	Controladoria e contabilidade
USP/RP	Universidade de São Paulo / Ribeirão Preto	Controladoria e contabilidade

Fonte: Cadernos de indicadores da CAPES, triênio 2007-2009 e 2010-2012.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

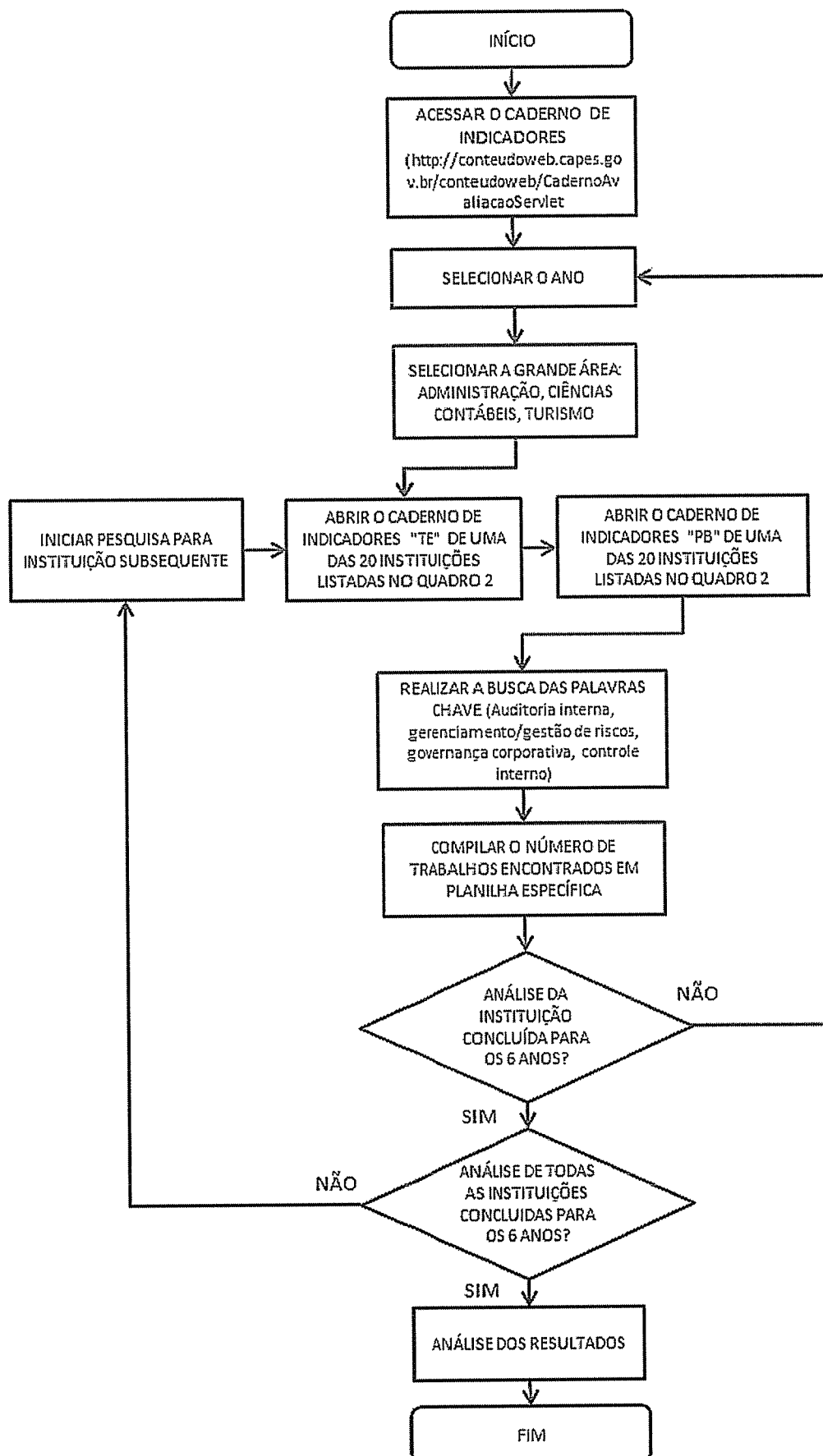


FIGURA 4 – Método do levantamento bibliográfico
Fonte: Elaborado pelo pelo autor

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Total da produção bibliográfica entre 2007 a 2012

Os dados apresentados no GRAF.1. revelam que entre os anos de 2007 a 2012 foram produzidos 12.721 trabalhos pelos programas de pós-graduação em contabilidade credenciados pela CAPES. A produção aumentou de 5448 (2007-2009) para 7273 (2010-2012) representando uma elevação de 33% do total de trabalhos divulgados nos cadernos de indicadores analisados.

Desse total produzido, o maior percentual é representado pelas publicações em anais, 6.462 trabalhos, seguido por periódicos, 3.744, depois por teses dissertações, 1.542, e por último livros ou capítulos, 973 trabalhos. Em todas as formas de produção houve aumento significativo do primeiro triênio (2007-2009) para o segundo (2010-2012).

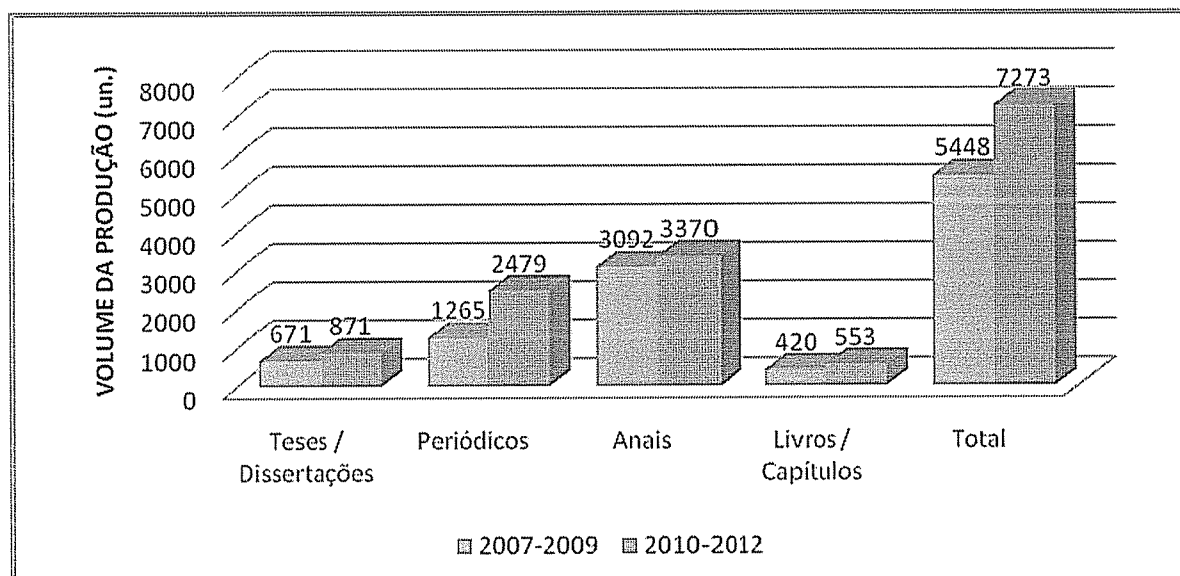


GRÁFICO 1 - Avaliação da produção dos programas de pós-graduação em Contabilidade

Fonte: Caderno de indicadores da CAPES nos triênios 2007-2009 e 2010-2012.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

4.2 Perfil da produção bibliográfica por programa de pós graduação entre 2007 a 2012

Em seguida foi avaliado o perfil da produção bibliográfica por programa de pós-graduação segundo o sistema qualis de extratificação. Segundo Bastos (2014), qualis é o

conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Foi criado para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo coleta de dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

Ainda segundo Bastos (2014), o qualis periódicos está dividido em oito estratos, em ordem decrescente de valor:

- A1 - o mais elevado com Fator de Impacto igual ou superior a 3, 800
- A2 - Fator de Impacto entre 3, 799 e 2, 500
- B1 - Fator de Impacto entre 2, 499 e 1, 300
- B2 - Fator de Impacto entre 1, 299 e 0, 001
- B3, B4 e B5 São indexados nas bases de dados: MEDLINE, SCIELO, LILACS etc, mas sem fator de impacto
- C – irrelevante, com peso zero.

Segundo a referida autora, para ser incluído nos quatro estratos superiores, o periódico deve ter fator de impacto medido pelo *Institute for Scientific Information* (ISI).

Para avaliar o perfil da produção foram levantadas as publicações na forma de periódicos dos 20 programas de pós-graduação *stricto sensu* credenciados pela CAPES. Os dados são apresentados na TAB.2. Do total de 3.744 trabalhos publicados, a FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, a USP - Universidade de São Paulo e a UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina foram as que mais publicaram com 509, 454 e 370 trabalhos, respectivamente. Contudo, a FUCAPE - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, foi quem mais publicou na camada A1 do sistema qualis totalizando 29 trabalhos ou 48% do total de trabalhos em A1.

O GRAF.2. mostra que as publicações em periódicos seguem um padrão normal de distribuição pelas camadas do sistema qualis. A maior parte dos trabalhos, 2.314, concentra-se nas camadas Qualis B1 a B3. Do total 109 trabalhos (2.9%) não foram classificados dentro do sistema qualis.

TABELA 2
 Perfil da produção bibliográfica por programas *stricto sensu* de pós graduação em contabilidade entre 2007 a 2012

Mestrado/ Doutorado Programas	Periódicos 2007 a 2012									Total Por programa
	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	NC	
FURB	2	27	109	105	129	59	37	32	9	509
USP	7	67	115	86	83	29	34	17	16	454
UFSC	4	32	61	76	100	39	29	24	5	370
UNB	4	14	67	60	97	30	26	37	19	354
UFPR	0	12	41	42	71	25	27	22	8	248
UNISINOS	1	11	55	23	43	25	15	22	9	204
UFMG	5	19	41	24	49	14	12	12	7	183
UFRJ	3	7	27	26	48	25	11	9	9	165
FUCAPE	16	28	41	29	23	3	1	6	1	148
FUCAPE	13	25	41	30	20	2	6	10	0	147
UFPE	1	7	20	13	53	16	12	7	3	132
UPM	0	9	28	27	32	9	4	21	2	132
USP/RP	0	19	29	16	13	6	11	29	6	129
UERJ	0	5	15	17	40	17	10	12	1	117
UFAM	2	6	14	19	26	16	16	4	2	105
UFBA	1	3	15	15	20	22	15	9	2	102
PUC/SP	1	9	17	8	10	6	14	19	8	92
UFES	1	9	20	21	20	6	7	3	2	89
UNIFECAP	0	5	16	8	20	8	2	5	0	64
UFU										
TOTAL	61	314	772	645	897	357	289	300	109	3.744

Fonte: Caderno de indicadores da CAPES nos triênios 2007-2009 e 2010-2012.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

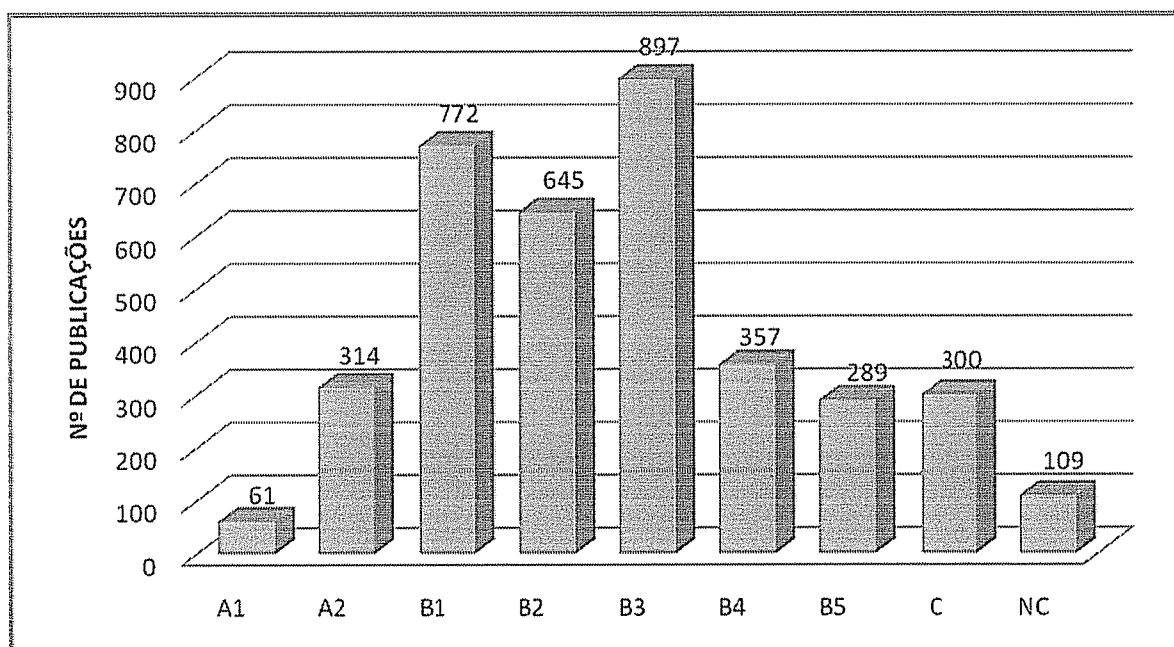


GRÁFICO 2 - Distribuição dos trabalhos por classificação Qualis.

Fonte: Caderno de indicadores da CAPES nos triênios 2007-2009 e 2010-2012.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

4.3 Quantidade e perfil da produção bibliográfica sobre auditoria interna por programa de pós-graduação entre 2007 a 2012

Dos 12.721 trabalhos publicados pelos programas, apenas 23 (0,18%) abordaram o tema auditoria interna. A Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, seguida pela UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pela UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais foram as universidades que mais publicaram sobre o tema auditoria interna, sendo a produção de 7, 5 e 4 trabalhos, respectivamente. A TAB. 3. mostra o quantitativo de trabalhos sobre auditoria interna que foram publicados por programa no período analisado incluindo teses, dissertações, periódicos, anais e livros ou capítulos.

TABELA 3:

Trabalhos sobre auditoria interna

Programas	Auditoria interna		Total por programa
	Triênio 2007 - 2009	Triênio 2010 - 2012	
UNISINOS	6	1	7
UERJ	5	0	5
UFMG	2	2	4
UFPE	2	0	2
UNIFECAP	0	1	1
FURB	1	0	1
UFAM	1	0	1
UFSC	0	1	1
UPM	0	1	1
UFES	0	0	0
UNB	0	0	0
FUCAPE	0	0	0
FUCAPE	0	0	0
PUC/SP	0	0	0
UFBA	0	0	0
UFPR	0	0	0
UFRJ	0	0	0
UFU	0	0	0
USP	0	0	0
USP/RP	0	0	0
TOTAL	17	6	23

Fonte: Caderno de indicadores da CAPES nos triênios 2007-2009 e 2010-2012.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

Observa-se por meio da TAB 3 que houve uma queda significativa de 65% da produção bibliográfica sobre o tema auditoria interna do triênio de 2007-2009 para o triênio de 2010-2012.

O GRAF.3 mostra o perfil das publicações sobre auditoria interna. 48% das publicações sobre o tema foram produzidos em forma de anais, 35% em dissertações de mestrado, 8,5% periódico e 8,5% em forma de livros ou capítulos. Não houve nenhuma defesa de doutorado sobre o tema no período avaliado.

Do total da produção sobre auditoria interna, apenas 3 trabalhos enquadraram-se na classificação Qualis, como pode ser observado no APÊNDICE A, sendo eles: um Qualis A2, publicado por Lélis, D.L.M. em 2012 na Revista Contabilidade & Finanças; um Qualis B1, publicado por Revoredo, M.M.O. e colaboradores em 2007 no X Congresso Internacional de Custos e por fim um Qualis C publicado por Toledo Filho J.R. e colaboradores em 2007 no Seminário de Ciências Contábeis da FURB.

Juntos, esses dados mostram que a produção bibliográfica sobre auditoria interna dos programas de pós-graduação em contabilidade credenciados pela CAPES é notavelmente pequena em relação ao total da produção bibliográfica no período analisado.

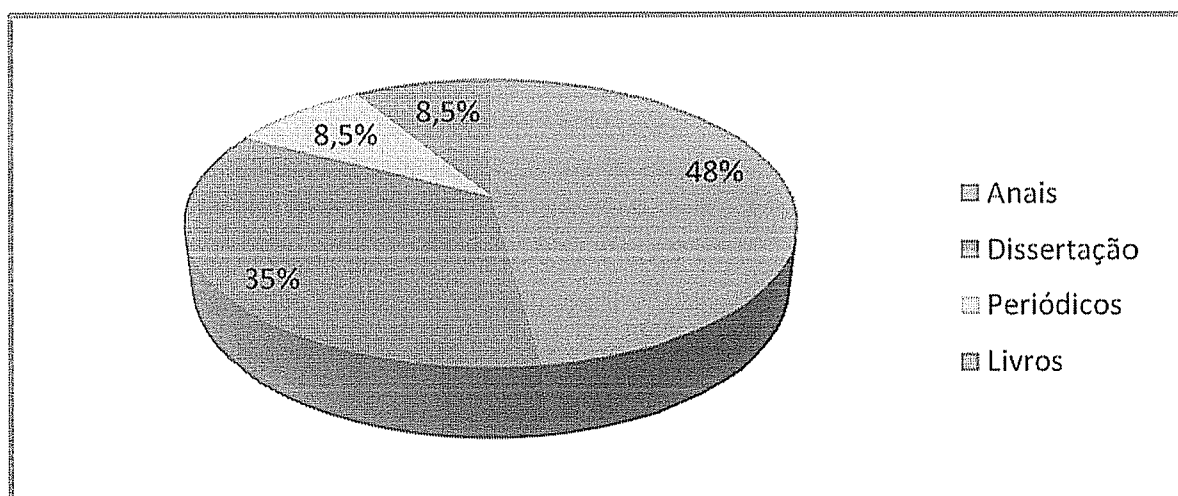


GRÁFICO 3 - Perfil da produção bibliográfica sobre auditoria interna

Fonte: Caderno de indicadores da CAPES nos triênios 2007-2009 e 2010-2012.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

4.4 Avaliação da autoria na produção sobre auditoria interna entre 2007 a 2012

Os 23 trabalhos publicados sobre auditoria interna foram produzidos por 39 autores distintos. Desse total, 14 trabalhos foram realizados em colaboração e 9 foram produzidos por um autor.

Conforme mostra a TAB 4, o autor que mais produziu sobre o tema em questão foi Ciupak. K., com 7 trabalhos, seguido por Vanti A.A., com 6 trabalhos e por Lélis D.L.M., com 3 trabalhos, cinco autores publicaram dois trabalhos e outros 31 autores, publicaram 1 trabalho.

Segundo Voos (1974), a relação entre o número de autores e o número de trabalhos publicados por esses, num determinado período de tempo, em qualquer área científica, segue a lei do Inverso Quadrado $1/n^2$, em que "n" é o número de trabalhos. Decidiu-se em seguida comparar se a relação entre número de autores que publicaram sobre auditoria interna e o número de trabalhos que eles publicaram, assemelha-se ao que seria esperado pela análise de Voos (1974). O GRAF.4 apresenta o número de autores plotados em função do número de trabalhos. A linha vermelha representa os dados obtidos a partir do levantamento bibliográfico. A linha verde representa o que seria esperado segundo a análise acima ($1/n^2$), partindo de um número inicial de 31 autores que publicaram um trabalho. Observa-se através do GRAF.4 que os dados do levantamento bibliográfico para o tema auditoria interna, tiveram grande semelhança com o que seria esperado pela lei de Lotka.

TABELA 4
Publicações sobre auditoria interna por autor

Autor	Quantidade
Ciupak C.	7
Vanti A.A.	6
Lélis D.L.M.	3
Espin R.A.A.	2
Cardozo J.S.S	2
Ribeiro H.J.	2
Silva J.J.	2
Trisciuzzi C.R.F.	2
Outros (31 autores)	1

Fonte: Caderno de indicadores da CAPES nos triênios 2007-2009 e 2010-2012.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

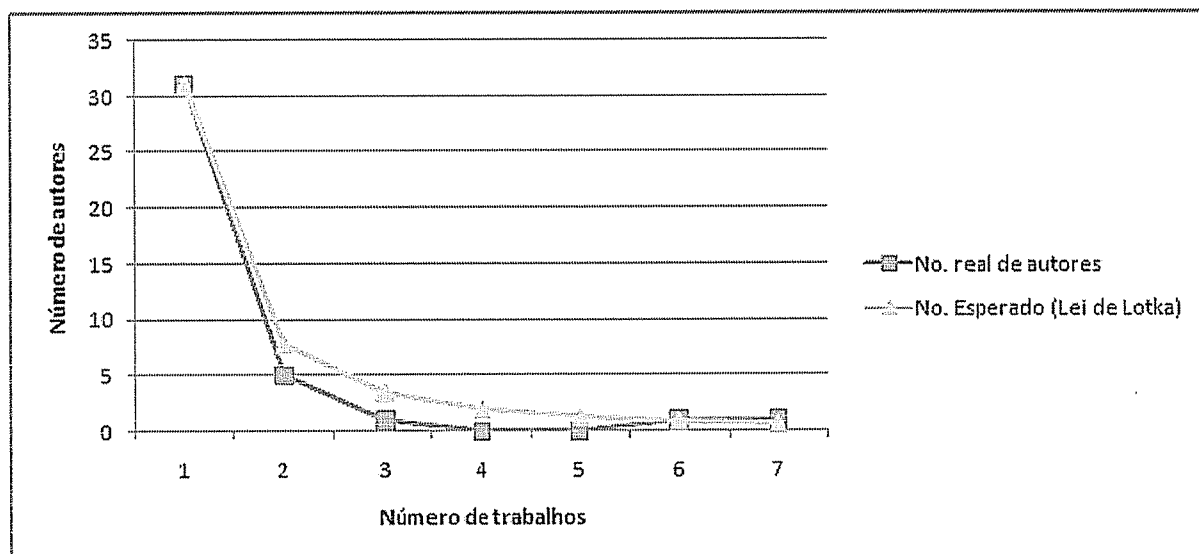


GRÁFICO 4 - Número de autores com trabalhos em auditoria interna em função do número de trabalhos: uma comparação com a Lei de Lotka

Fonte: Caderno de indicadores da CAPES nos triênios 2007-2009 e 2010-2012.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

4.5 Temática da produção bibliográfica relacionada à auditoria interna

Dado o reduzido número da produção bibliográfica sobre auditoria interna, expandiu-se a análise para temas relacionados. Segundo a definição do IIA (2012), a auditoria interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos com a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle, e governança corporativa. Decidiu-se, portanto, avaliar nos cadernos de indicadores, a quantidade das publicações contendo os temas "Gerenciamento de Riscos", "Gestão de Riscos", "Controle Interno" e "Governança Corporativa". O levantamento dessa temática foi feita em todos os programas de pós-graduação nos 2 triênios analisados (2007-2009 e 2010-2012) conforme o QUADRO 2.

Os dados são apresentados na GRAF.5.

Ao analisar os títulos dos 23 trabalhos sobre auditoria interna APÊNDICE A, é possível perceber que não existe um tema abordado de forma recorrente. Portanto não há temática de destaque dentro dos trabalhos que falam sobre auditoria interna.

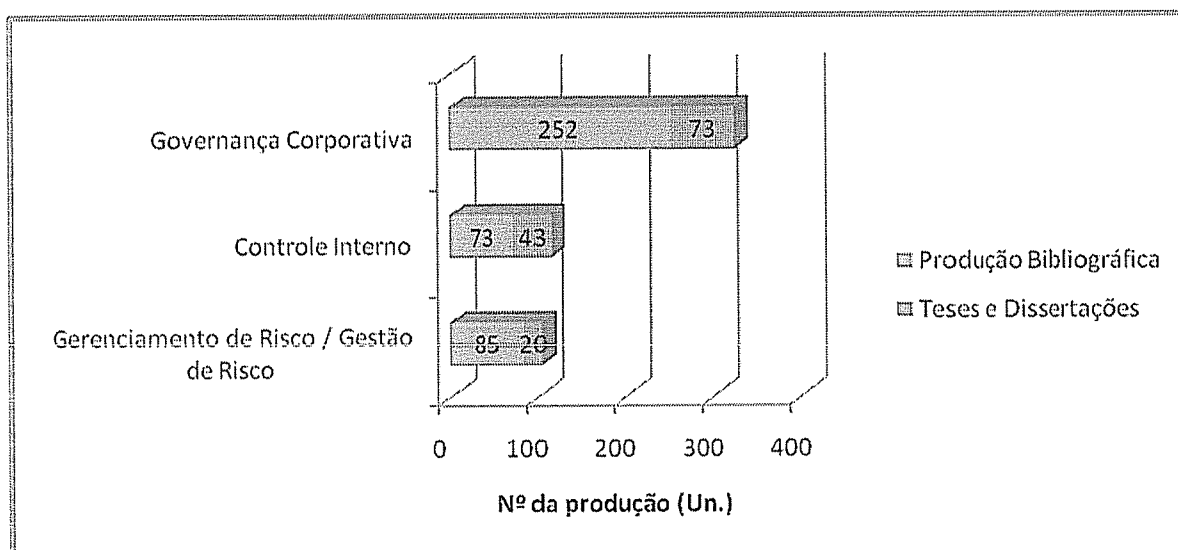


GRÁFICO 5 - Quantitativo da produção bibliográfica dos temas relacionados à auditoria interna.

Fonte: Caderno de indicadores da CAPES nos triênios 2007-2009 e 2010-2012.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se analisar a produção científica sobre auditoria interna nos cadernos de indicadores das avaliações trienais da capes do período de 2007 a 2012, por meio de uma análise bibliométrica.

O papel da auditoria interna bem como a sua função estratégica foram apresentados no referencial teórico. Em função do elevado número de publicações realizadas em todo país pelos programas de pós-graduação em contabilidade, a adoção do método utilizado foi de extrema importância para se atingir os objetivos propostos. Os dados constantes no capítulo 4 tiveram o intuito de responder ao problema de pesquisa e atingir os objetivos geral e específicos propostos no trabalho.

O primeiro objetivo específico proposto no trabalho foi quantificar a produção bibliográfica total informada pelos programas de pós graduação em ciências contábeis recomendados pela CAPES. Por meio dos dados apresentados nesta análise constatou-se que os programas de pós-graduação publicaram em conjunto um total de 12.721 trabalhos nos dois triênios analisados. Um aspecto favorável foi o crescimento das publicações de 33% do triênio de 2007-2009 para o triênio de 2010 a 2012. Foi evidenciado, também, que o maior volume de publicações se dá na forma de anais de congressos e eventos.

O segundo objetivo específico foi analisar a classificação Qualis da produção bibliográfica total por programa de pós graduação em contabilidade. O objetivo do Qualis é classificar o âmbito (local, nacional ou internacional) da circulação dos veículos utilizados para a produção intelectual e a qualidade dos periódicos por área de avaliação. Verificou-se que o número de trabalhos classificados pelo Qualis é baixo em relação ao número total de trabalhos publicados pelos programas de pós graduação.

O terceiro objetivo foi quantificar e analisar a produção bibliográfica sobre auditoria interna dos programas de pós graduação *scriptu sensu* em contabilidade em anais, periódicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações. Através dessa análise foi possível perceber que a produção bibliográfica sobre o tema auditoria interna é muito baixa (0,18%) em relação ao total produzido pelos programas de pós graduação. Das 20 instituições pesquisadas, 45% publicaram sobre auditoria interna, sendo a UNISINOS a que mais publicou seguida pela UERJ e depois, pela UFMG, isso indica que as publicações realizadas sobre o tema são bem dispersas entre as instituições de ensino.

Sobre o perfil das publicações em auditoria interna, 48% foram na forma de anais, 35% na forma de dissertações de mestrado, 8,5% periódicos e 8,5% em forma de livros ou capítulos.

O quarto objetivo foi avaliar a autoria da produção bibliográfica sobre auditoria interna. Trinta e nove autores publicaram sobre o tema auditoria interna, sendo os mais representativos Ciupak. K., com 7 trabalhos, seguido por Vanti A.A., com 6 trabalhos e por Lélis D.L.M., com 3 trabalhos. Pela aplicação da lei de Lotka foi possível perceber que o número de trabalhos por autor seguiu uma tendência de redução semelhante ao que seria esperado pela lei de Lotka, ou seja, existem muitos autores publicando pouco e poucos autores publicando muito.

E por fim o quinto e último objetivo foi analisar as temáticas relacionadas com o tema auditoria interna. A inexistência de uma temática recorrente dentro dos 23 trabalhos sobre auditoria interna pode ser devido ao baixo número de trabalhos sobre este tema. Contudo, ao analisar outras palavras-chave ligadas ao tema auditoria interna nos cadernos de indicadores, foi encontrado um número significativamente maior de publicações, como por exemplo, para o tema "Governança corporativa" identificou-se 325 trabalhos, incluindo teses, dissertações e publicações. Isso sugere que apesar da baixa produção bibliográfica sobre auditoria interna, os temas relacionados são alvos de estudo mais recorrentes.

Com base nos dados apresentados no trabalho e visando ampliar a base de conhecimento sobre o tema auditoria interna espera-se que este estudo desperte o interesse dos programas de pós-graduação no tema proposto.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BASTOS, Vilma Costa. *Classificação de periódicos no Qualis/Capes*. Disponível em: <http://www.biblioteca.ics.ufpa.br/arquivos/QUALIS-rev_26_11.pdf>. Acesso em 09 de março de 2014.

BROOKES, B. C. *Bradford's law and the bibliography of science*. Nature, [s.l.], v.224.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em Administração*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em < <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>> Acesso em 26 de janeiro de 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/home-page/sobre-a-trienal>> Acesso em 26 de janeiro de 2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Auditoria contábil: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Auditoria contábil: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2007.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. *Auditoria de Processos Organizacionais: teoria finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados*. São Paulo: Atlas, 2006.

FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. *Auditoria Contábil*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GESTÃO E QUALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES. Disponível em: <<http://gestao-qualidade.dashofer.pt/?s=modulos&v=capitulo&c=17153>>. Acesso em 17 de julho de 2013.

GOFFMAN, W. *Mathematical approach to the spread of scientific ideas: the history of mast cell research*. *Nature*, [s.1], v. 212, p.449-452, Oct. 1966.

GUEDES, Vânia L.S, BORSCHIVER, Suzana. *Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica*. CIFORM, N.6, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 4 ed. São Paulo: IBGC, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Origens da governança corporativa* Disponível em:<<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18166>> Acesso em 11 de março de 2014.

LISBOA, Ibrain. *O que é a auditoria interna*. Disponível em <<http://www.portaldeauditoria.com.br/artigos/o-que-e-auditoria-interna.htm>> Acesso em 26 de janeiro de 2014.

MARTIN, Nilton Cano, SANTOS, Lílian Regina dos, FILHO, José Maria Dias. *Governança Empresarial, Riscos E Controles Internos: A Emergência De Um Novo Modelo De Controladoria*. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, São Paulo, n. 34, p. 7 - 22, janeiro/abril 2004.p.953-956, Dec. 1969.

PETERS, Marcos. *Implantando e gerenciando a Lei Sarbanes Oxley: governança corporativa agregando valor aos negócios*. São Paulo: Atlas, 2007.

PRITCHARD, A. *Statistical bibliography or bibliometrics?* Journal of Documentation, v. 25, n. 4, p. 348-349. 1969.

SÁ, Antônio Lopes de. *Curso de Auditoria*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS – IIA. *Práticas para o Exercício Profissional da Auditoria Interna/ IIA*. São Paulo: AUDIBRA, 2004.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS – IIA. *Práticas para o Exercício Profissional da Auditoria Interna/ IIA*. São Paulo: AUDIBRA, 2012.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS (EUA). Disponível em: <<https://global.theiia.org/about/about-the-ia/Pages/About-The-Institute-of-Internal-Auditors.aspx>>. Acesso em 26 de janeiro de 2014.

VOOS, H. *Lotka and information science*. Journal of the American Society of Information Science, New York, v. 25, p. 270-272, July/Aug. 1974.

APÊNDICE A

Título	Programa	Total	Ano	Autores	Tipo de Publicação	Veículo de Publicação	Classificação Qualis	Palavras Chave
Percepção Sobre o Processo de Modernização da Auditoria Interna no Instituto Nacional de Seguro Social: Estudo de Caso da Auditoria Regional do Rio de Janeiro	UERJ	1	2008	RIBEIRO, H. J.:	Dissertação	—	—	Processo, Modernização, INSS
A Auditoria Interna como ferramenta de melhoria dos controles internos de uma organização: Estudo de caso em uma empresa do segmento industrial do Rio de Janeiro;	UERJ	2	2009	TRISCIUZZI, C. R. F	Dissertação	—	—	Ferramenta, controle interno, Segmento Industrial
A terceirização do serviço de auditoria interna como fator de agregação de valor para as empresas	UERJ	3	2007	REVOREDO, M. M. O. CARVALHO, G. S. CORRÊA, P. A. B. CARDOZO, J. S. S.	Anais	Congresso Internacional de Custos: X Congresso Internacional de Custos, X	B1	Terceirização, agregação de valor
Percepção Sobre o Processo de Modernização da Auditoria Interna no Instituto Nacional de Seguro Social: Estudo de Caso da Auditoria Regional do Rio de Janeiro	UERJ	4	2009	RIBEIRO, H. J. CARVALHO, F. A. A. FELIX, C. L.	Anais	XI Congresso Internacional de Custos; Congresso Internacional de Custos	NC	Processo, Modernização, INSS
A Auditoria Interna Como Ferramenta de Melhoria dos Controles Internos de uma Organização: Estudo De Caso em uma Empresa do Segmento Industrial do Rio	UERJ	5	2009	TRISCIUZZI, C. R. F. CARDOZO, J. S. S.)	Anais	PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE APOIO INFORMACIONAL METODOLÓGICO (MAIM) PARA A AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO PARA O USO DE BUSSINES INTELLIGENCE (BI).	NC	Ferramenta, controle interno, Segmento Industrial
Proposição de um modelo de apoio informacional metodológico (maim) para a auditoria interna: Um estudo para o uso de bussines intelligence (bi).	UNISINOS	1	2007	CIUPAK, C	Dissertação	—	—	MAIM, busines intelligence
Análise informacional para auditoria interna envolvendo aplicação de sistema complexo de informação	UNISINOS	2	2007	PMhCIUPAK, C. VANTI, A. A.; WOLFARTH, C. P.	Anais	XIV Congresso Brasileiro de Custos	NC	Análise informacional, aplicação, sistema complexo de informação
Proposição de um Modelo de Apoio Informacional para a Auditoria Interna: Um Estudo de Caso Envolvendo a Aplicação de Ferramenta de Business Intelligence (BI)	UNISINOS	3	2007	OTT, E. VANTI, A. A. CIUPAK, C.	Anais	INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT	NC	MAIM, busines intelligence
A análise do desenvolvimento de modelo para auditoria interna: o caso MAIM	UNISINOS	4	2008	CIUPAK, C. VANTI, A. A.	Anais	Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação (CONTECSI)	NC	Desenvolvimento de um modelo, MAIM
Trinomial analysis: information technology governance, internal audit and knowledge audit	UNISINOS	5	2008	SOLTERO, A. P. (Participante Externo/Co-Autor); CIUPAK, C. (Participante Externo/Egresso/Co-Autor); VANTI, A. A. (Docente), 2008.	Anais	5ª International Conference on Information Systems and Technology Management (CONTECSI)	NC	information technology governance, internal audit and knowledge audit
Informational analysis for internal auditing involving application of complex information system; Advanced Techniques in Computing Sciences and Software Engineering.	UNISINOS	6	2009	VANTI, A. A. (Docente); BALLONI, A. J. ESPINOZA, R. A. A. GÓMEZ, J. M. CIUPAK, C.	Livro / capítulo	—	—	Informational analysis, Computing Sciences and Software Engineering

Informational analysis for internal auditing involving application of complex information system; Advanced Techniques in Computing Sciences and Software Engineering	UNISINOS	7	2010	CIUPAK, C. VANTI, A. A. ESPIN, R. A. A.	Livro / capítulo	—	—	Informational analysis, Computing Sciences and Software Engineering
Auditoria interna com foco em governança, gestão de riscos e controle interno análise da auditoria interna de uma empresa do setor energético	UFMG	1	2009	Lélis D.L.M., Mário P.C.	Anais	Congresso USP de controladoria e contabilidade	—	Governança, Riscos, Controle interno
Percepção de auditores e auditados sobre as práticas de Auditoria Interna em uma empresa do setor energético	UFMG	2	2010	Lélis D.L.M.	Dissertação	—	—	Percepção, práticas de auditoria interna, setor energético
Análise das atividades de auditoria interna no âmbito do tribunal de justiça do Estado do Ceará: sob a ótica dos auditores internos.	UFMG	3	2011	Colares A.C.V., Pinto F.C.B., Machado M.V.V., Peter M.G.A., Daher G.F.	Anais	—	—	Análise, atividade de auditoria interna, TJCE
Percepção de auditores e auditados sobre as práticas de Auditoria Interna em uma empresa do setor energético	UFMG	4	2012	Lélis D.L.M.	Periódicos	Revista Contabilidade & Finanças	A2	Percepção, práticas de auditoria interna, setor energético
Convergências e divergências sobre auditoria interna e controle interno nas entidades privadas	UFPE	1	2007	Lopes J.E.G., Vieira A.S., Silva J.J., Melo M.R.S., Barreto I.G., Oliveira I.M.S.	Anais	I Seminário UFPE de ciências contábeis	NC	Convergências, Divergências, controle interno
A Auditoria Interna da UFPE: A Percepção dos Gestores num Contexto de Avaliação de Desempenho e Resultados	UFPE	2	2009	Silva J.J.	Dissertação	—	—	UFPE, Gestores, avaliação de desempenho
Auditoria interna como instrumento de gestão nas organizações: estudo nas empresas do Estado de São Paulo listadas na BM&FBOVESPA	UNIFECAP	1	2012	Pinto J	Dissertação	—	—	Gestão, empresas, BM&FBOVESPA
Auditoria interna preventiva e análise do processo de licitação de uma prefeitura do norte do Estado do Paraná: um estudo empírico	FURB	1	2007	Toledo Filho J.R., Boff M.L., Lima I.V.	Periódicos	Seminário de Ciências contábeis da furb	Qualis C	Preventiva, Licitação, Prefeitura
As contribuições da Auditoria Interna como suporte ao Administrador Público na execução do orçamento: Um estudo em Unidades Gestoras da Amazônia Ocidental vinculadas ao Comando do Exército	UFAM	1	2008	Silva C.S.	Dissertação	—	—	Suporte, administrador público, orçamento
CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA INTERNA PARA A EFICIÊNCIA DO CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO	UFSC	1	2012	Amaral NAL, Bolfe C, Alberton L, Vicente EFR	Anais	XV SEMEAD	NC	Eficiência, Controle Interno, Setor público
Medição de desempenho de auditoria interna: um estudo empírico	UPM	1	2012	Matheus C.P	Dissertação	—	—	Medição, desempenho